

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Identifique qual das alternativas a seguir possui um erro quanto ao acento grave (´):

- a) Vamos à praia amanhã?
- b) Devo tudo àquela pessoa que me ajudou bastante.
- c) O início do show será às 20 horas.
- d) Compramos à prazo.
- e) Envie o e-mail à coordenação.

2. Leia o texto a seguir de “*Música ao longe*”, escrito por Érico Veríssimo:

HORA DA SESTA.

Um grande silêncio no casarão.

Faz sol, depois de uma semana de dias sombrios e úmidos.

Clarissa abre um livro para ler. Mas o silêncio é tão grande que, inquieta, ela torna a pôr o volume na prateleira, ergue-se e vai até a janela, para ver um pouco de vida.

Na frente da farmácia está um homem metido num grosso sobretudo cor de chumbo. Um cachorro magro atravessa a rua. A mulher do coletor aparece à janela. Um rapaz de pés descalços entra na Panificadora.

Clarissa olha para o céu, que é dum azul tímido e desbotado, olha para as sombras fracas sobre a rua e depois se volta para dentro do quarto.

Aqui faz frio. Lá no fundo do espelho está uma Clarissa indecisa, parada, braços caídos, esperando. Mas esperando quê?

Clarissa recorda. Foi no verão. Todos no casarão dormiam. As moscas dançavam no ar, zumbindo. Fazia um solão terrível, amarelo e quente. No seu quarto, Clarissa não sabia que fazer. De repente pensou numa travessura. Mamãe guardava no sótão as suas latas de doce, os seus bolinhos e os seus pães que deviam durar toda a semana. Era proibido entrar lá. Quem entrava, dos pequenos, corria o risco de levar palmadas no lugar de costume.

Mas o silêncio da sesta estava cheio de convites traiçoeiros. Clarissa ficou pensando.

Lembrou-se de que a chave da porta da cozinha servia no quartinho do sótão.

Foi buscá-la na ponta dos pés. Encontrou-a no lugar. Subiu as escadas devagarinho. Os degraus rangiam e a cada rangido ela levava um sustinho que a fazia estremecer.

Clarissa subia, com a grande chave na mão.

Ninguém... Silêncio...

Diante da porta do sótão, parou, com o coração aos pulos. Experimentou a chave. A princípio não entrava bem na fechadura. Depois entrou. Com muita cautela, abriu a porta e se viu no meio duma escuridão perfumada, duma escuridão fresca que cheirava a doces, bolinhos e pão.

Comeu muito. Desceu cheia de medo. No outro dia D. Clemência descobriu a violação, e Clarissa levou meia dúzia de palmadas.

Agora ela recorda... E de repente se faz uma grande claridade, ela tem a grande ideia. “A chave da cozinha serve na porta do quarto do sótão.” O quarto de Vasco fica no sótão...

Vasco está no escritório... Todos dormem... Oh! E se ela fosse buscar a chave da cozinha e subisse, entrasse no quarto de Vasco e descobrisse o grande mistério?

Não. Não sou mais criança. Não. Não fica direito uma moça entrar no quarto dum rapaz.

Mas ele não está lá... que mal faz? Mesmo que estivesse, é teu primo. Sim, não sejas medrosa.

Vamos. Não. Não vou. Podem ver. Que é que vão pensar? Subo a escada, alguém me vê, pergunta:

“Aonde vais, Clarissa?” Ora, vou até o quartinho das malas. Pronto. Ninguém pode desconfiar. Vou. Não, não vou. Vou, sim!

(Porto Alegre: Globo, 1981. pp. 132-133)

No final do texto acima, lê-se o seguinte trecho: “Subo a escada, alguém me vê, pergunta: “Aonde vais, Clarissa?” Ora, vou até o quartinho das malas. Pronto. Ninguém pode desconfiar. Vou. Não, não vou. Vou, sim!”. Considerando-o, analise as seguintes afirmações e em seguida assinale a alternativa correta:

I - O termo “aonde” pode ser substituído por “onde” sem que haja alteração de sentido.

II - De acordo com a norma padrão da língua portuguesa, a vírgula depois de “vais” pode ser retirada sem que haja alteração de sentido.

III - Todos os verbos do trecho acima estão na primeira pessoa do singular.

- a) Apenas a alternativa I está correta.
- b) Apenas a alternativa II está correta.
- c) Apenas a alternativa III está correta.
- d) Apenas a proposição II e III estão corretas.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

3. Leia o poema a seguir:

As Sem-razões do Amor

Eu te amo porque te amo.
Não precisas ser amante,
e nem sempre sabes sê-lo.
Eu te amo porque te amo.
Amor é estado de graça
e com amor não se paga.
Amor é dado de graça,
é semeado no vento,
na cachoeira, no eclipse.
Amor foge a dicionários
e a regulamentos vários.
Eu te amo porque não amo
bastante ou demais a mim.
Porque amor não se troca,
não se conjuga nem se ama.
Porque amor é amor a nada,
feliz e forte em si mesmo.
Amor é primo da morte,
e da morte vencedor,
por mais que o matem (e matam)
a cada instante de amor.
(ANDRADE, Carlos Drummond de. *Corpo. Rio de Janeiro: Record, 2002.*)

Nesse poema, é possível identificar:

- I - A presença de rimas nos versos 18 e 19.
- II - A partir de uma análise acerca do título, nota-se que há um jogo de palavras entre “sem” e “cem” que se relaciona com o significado do restante do poema. Além disso, pode ser vista uma dicotomia existente: mesmo que alguém tente explicar o amor, é impossível enumerá-lo.
- III - O eu-lírico expressando a sua perspectiva acerca do amor.

Após analisar as alternativas, indique a opção correta:

- a) Apenas a alternativa I está correta.
- b) Apenas a alternativa II está correta.
- c) Apenas a alternativa III está correta.
- d) Apenas a proposição II e III estão corretas.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

4. Leia o texto a seguir:

De domingo

- Outrossim?
- O quê?
- O que o quê?
- O que você disse.
- Outrossim?
- É.
- O que que tem?
- Nada. Só achei engraçado.
- Não vejo a graça.
- Você vai concordar que não é uma palavra de todos os dias.
- Ah, não é. Aliás, eu só uso domingo.
- Se bem que parece uma palavra de segunda-feira.
- Não. Palavra de segunda-feira é “óbice”.
- “Ônus”.

- “Ônus” também. “Desiderato”. “Resquício”.
 - “Resquício” é de domingo.
 - Não, não. Segunda. No máximo terça.
 - Mas “outrossim”, francamente...
 - Qual o problema?
 - Retira o “outrossim”.
 - Não retiro. É uma ótima palavra. Aliás, é uma palavra difícil de usar. Não é qualquer um que usa “outrossim”.
- (VERÍSSIMO. L.F. Porto Alegre: LP&M, 1996)

Quanto ao texto acima, é correto afirmar que:

- a) A discussão pode ser associada com a variação linguística presente na língua portuguesa.
- b) O termo “outrossim” é coloquial.
- c) A palavra “óbice” poderia ser substituída por “solução.”
- d) Não há nenhum tom humorístico presente no texto.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

5. Complete as lacunas a seguir com os homônimos corretos:

- I - O carro ficou no _____.
- II - O _____ será hoje no teatro municipal.
- III - Ele estava querendo me _____ porque eu estava cinco minutos atrasado.
- IV - Precisei _____ o produto.

- a) Concerto - conserto - apressar - apreçar.
- b) Conserto - concerto - apreçar - apressar.
- c) Conserto - conserto - apressar - apreçar.
- d) Concerto - concerto - apreçar - apressar.
- e) Conserto - concerto - apressar - apreçar.

6. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do trecho seguinte:

Proibido para menores de 50 anos.
Nos últimos meses, em meio ___ debate sobre as reformas da Previdência, um ponto acabou despertando a atenção. Afinal, existem empregos para quem tem mais de 50 anos? Pendurar as chuteiras nem sempre é fácil. ___ vezes, pode significar uma quebra tão grande na rotina que afeta até mesmo o emocional. Foi ___ partir de uma experiência familiar, nesta linha que o paulistano Mórris Litvak criou a *startup* MaturiJobs. Trata-se de uma agência virtual de empregos, especializada em profissionais com mais de 50 anos.
Revista Isto é Dinheiro. Mercado de Trabalho. Maio/2017. p. 6.

- a) Ao - As - A.
- b) À - Às - A.
- c) Ao - Às - A.
- d) A - As. À.
- e) Ao - Às. À.

7. Leia as proposições e depois assinale a alternativa correta:

- I. De acordo com o novo acordo ortográfico da língua portuguesa, a palavra governo deve ser escrita com a letra inicial minúscula.
 - II. A palavra Estado, de acordo com o novo acordo ortográfico da língua portuguesa, deve ser escrita com a inicial maiúscula.
 - III. De acordo com o novo acordo ortográfico da língua portuguesa, é opcional que a palavra Constituição seja escrita com letra maiúscula.
- a) Apenas a alternativa I está correta.
 - b) Apenas a alternativa II está correta.
 - c) Apenas a alternativa III está correta.
 - d) Apenas a proposição I e II estão corretas.
 - e) Apenas as proposições II e III estão corretas.

8. Identifique o tipo de discurso predominante nos trechos a seguir:

- I. Capitu segredou-me que a escrava desconfiara, e ia talvez contar às outras. Novamente me intimou que ficasse, e retirou-se; eu deixei-me estar parado, pregado, agarrado ao chão. (Dom Casmurro, Machado de Assis)
 - II. Flávia estava cansada e logo se deitou. Ela precisava trabalhar em poucas horas. Acordei desesperada. Já era para estar no trabalho. As poucas horas passaram e nem percebi.
- a) Ambos os textos apresentam discurso direto, pois expõem falas exatamente como foram ditas pelas personagens.
 - b) O primeiro trecho apresenta discurso direto, e o segundo, discurso indireto livre.
 - c) O primeiro trecho apresenta discurso indireto, e o segundo, discurso indireto livre.
 - d) Ambos os textos utilizam predominantemente o discurso indireto, relatando as falas por meio de um narrador externo.
 - e) O primeiro texto é narrado em 3ª pessoa com discurso direto, e o segundo em 1ª pessoa com discurso indireto.

9. Marque a alternativa incorreta quanto ao emprego da vírgula, de acordo com as normas gramaticais.

- a) Objetivos, conteúdo, método e recursos didáticos compõem um plano.
- b) Ana, atenda a campanha!
- c) João, professor do Ensino Médio, está de licença.
- d) Sim, estamos satisfeitos com os resultados.
- e) Vi, porém as opções que eu tinha.

10. Leia o texto a seguir:

S.O.S. Português

Por que os pronomes oblíquos têm esse nome e quais as regras para utilizá-los?

As expressões “pronome oblíquo” e “pronome reto” são oriundas do latim (*casus obliquus* e *casus rectus*). Elas eram usadas para classificar as palavras de acordo com a função sintática. Quando estavam como sujeito, pertenciam ao caso reto. Se exerciam outra função (exceto a de vocativo), eram relacionadas ao caso oblíquo, pois um dos sentidos da palavra oblíquo é “não é direito ou reto”. Os pronomes pessoais da língua portuguesa seguem o mesmo padrão: os que desempenham a função de sujeito (eu, tu, ele, nós, vós e eles) são os pessoais do caso reto; e os que normalmente têm a função de complementos verbais (me, mim, comigo, te, ti, contigo, o, os, a, as, lhe, lhes, se, si, consigo, nos, conosco, vos e convosco) são os do caso oblíquo.

NOVA ESCOLA. Coluna “Na dúvida”, dez. 2008, p. 20.)

Quando estudamos os pronomes, conhecemos um procedimento como colocação pronominal. A estrutura que está de acordo com as regras apresentadas no texto é:

- a) Nunca o vi assim.
- b) Isso lembra-me algo.
- c) Te deram a notícia quando?
- d) O seu maior sonho é se casar.
- e) Lhe fiz a pessoa mais feliz do mundo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais, sobretudo no que tange à proteção da dignidade humana e à vedação a práticas discriminatórias, tem sido objeto de densificação jurisprudencial a partir da leitura do Art. 5º, caput, e incisos XLI e XLII da Constituição Federal de 1988. Considerando os desdobramentos doutrinários sobre a eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas e a função promocional do Estado, assinale a alternativa que melhor exprime os limites e possibilidades da intervenção normativa em prol da igualdade substancial:

- a) A eficácia horizontal direta permite a invalidação de cláusulas contratuais com base em critérios subjetivos, independentemente da ponderação de valores e contextos normativos.
- b) O princípio da dignidade humana obriga o Estado a manter neutralidade diante de práticas privadas que não configurem condutas tipificadas no ordenamento penal.
- c) A promoção da igualdade material autoriza a restrição normativa da autonomia privada em casos de vulnerabilidade estrutural e desequilíbrio de poder.

- d) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tende a proteger a liberdade negocial mesmo quando dela resulta a preservação de desigualdades historicamente consolidadas.
- e) A função promocional do Estado na concretização da igualdade limita-se à expedição de orientações administrativas de observância facultativa e sem efeitos vinculantes.

12. A Lei nº 10.826/2003, ao instituir o Sistema Nacional de Armas (SINARM), conferiu à Polícia Federal atribuições que transcendem o simples cadastro de armamentos, com vistas à consolidação de uma política pública de segurança orientada pela rastreabilidade, controle e prevenção da violência armada. Considerando o entrelaçamento entre o SINARM e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, assinale a alternativa que melhor expressa a dimensão estratégica do sistema no controle estatal de armamentos:

- a) O SINARM é encarregado do controle de armas de uso restrito e permitido, sem exigência de integração de dados com instituições estaduais ou municipais.
- b) O sistema possibilita a formulação de estatísticas criminais sobre a circulação de armas, colaborando com a rastreabilidade de desvios e a elucidação de crimes.
- c) A estrutura do SINARM limita-se à emissão de registros administrativos, não abrangendo o tratamento de dados pessoais de indivíduos cadastrados.
- d) A competência do sistema se restringe ao armamento civil, não havendo previsão legal para monitoramento de acervos institucionais públicos ou militares.
- e) A atuação do SINARM está adstrita à gestão documental interna da Polícia Federal, sem interferência direta nas políticas de segurança públicas estaduais.

13. A concessão do porte de arma de fogo, regulada pelos artigos 10 a 12 da Lei nº 10.826/2003, demanda a comprovação de efetiva necessidade, aptidão psicológica e capacidade técnica, requisitos que devem ser apreciados à luz dos princípios da legalidade, motivação dos atos administrativos e proporcionalidade. Considerando a jurisprudência consolidada do STF e STJ, bem como os princípios constitucionais de segurança pública e controle de armas, assinale a alternativa que melhor traduz a natureza jurídica e os limites da discricionariedade administrativa no deferimento do porte:

- a) O risco potencial à integridade física do requerente, uma vez alegado, impõe o deferimento automático do porte, vedada qualquer apreciação valorativa pela Administração.

- b) A análise de efetiva necessidade deve estar vinculada à fundamentação concreta, com demonstração objetiva dos elementos que justificam o indeferimento do pedido.
- c) O cumprimento formal dos requisitos gera direito subjetivo à concessão do porte, impedindo a negação administrativa baseada em critérios discricionários.
- d) O porte de arma possui natureza política e, por isso, prescinde de motivação específica, bastando a invocação de diretrizes amplas e genéricas pela autoridade.
- e) A decisão administrativa negativa quanto ao porte está excluída do controle judicial, por tratar-se de matéria interna de segurança institucional nacional.

14. A Lei nº 13.675/2018, ao instituir o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), estabelece diretrizes fundamentais para a integração entre os entes federativos e os órgãos responsáveis pela segurança pública e defesa social. A conformação sistêmica prevista pelo legislador busca superar a fragmentação das ações e promover a efetividade das políticas públicas setoriais. Considerando os princípios estruturantes do SUSP, assinale a alternativa que melhor reflete a diretriz de governança federativa no âmbito da segurança pública:

- a) A autonomia federativa inviabiliza a construção de políticas integradas, restringindo a atuação do SUSP à coordenação de diretrizes administrativas federais.
- b) A vinculação dos entes federativos ao SUSP está condicionada à celebração de termo formal de adesão, sem o qual não se aplicam seus instrumentos legais.
- c) A integração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios requer planejamento compartilhado, troca de informações e padronização de sistemas operacionais.
- d) A existência de conselhos locais de segurança autoriza a desvinculação dos municípios quanto às normas e protocolos estabelecidos pelo SUSP.
- e) O funcionamento do SUSP depende de acordos bilaterais firmados entre os entes, sendo sua atuação subordinada a cláusulas contratuais específicas.

15. O art. 144 da Constituição Federal de 1988 dispõe sobre os órgãos que integram o sistema de segurança pública brasileiro, delineando suas atribuições e subordinando sua atuação aos princípios da legalidade, da reserva de jurisdição e da cooperação federativa. Com base na doutrina constitucional e nas interpretações jurisprudenciais recentes sobre as competências dos entes e órgãos de segurança, assinale a alternativa que melhor reflete a conformidade com o texto constitucional:

- a) As Guardas Municipais podem exercer policiamento ostensivo em flagrante, com amplos poderes investigativos, quando constatado risco à ordem pública local.
- b) A Polícia Federal tem competência para apurar infrações penais em geral, inclusive as de natureza exclusivamente estadual, em todo o território nacional.
- c) A Polícia Rodoviária Federal, ainda que vinculada à União, realiza atividades de segurança em colaboração eventual com forças estaduais mediante regulamentação conjunta.
- d) A Polícia Civil, por atuar na apuração de infrações, exerce função auxiliar ao Judiciário e está sujeita à hierarquia processual imposta por decisões judiciais.
- e) A segurança pública deve ser promovida em regime cooperativo entre os entes federativos, com base em ações articuladas dos órgãos previstos no art. 144 da Constituição.

16. O advento da Lei nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais) consolidou normativamente a natureza civil, comunitária e preventiva das guardas municipais, harmonizando sua atuação com os princípios constitucionais de segurança pública. À luz do art. 144 da CF/88, da jurisprudência do STF e dos comandos do SUSP, assinale a alternativa que melhor reflete a natureza jurídica e os limites institucionais das atribuições das Guardas Municipais:

- a) A legislação reconhece às guardas municipais a atribuição de proteger bens, serviços e instalações públicas, além de executar ações comunitárias e preventivas articuladas com os demais órgãos do SUSP.
- b) A atuação das guardas municipais limita-se à vigilância de prédios públicos, sem legitimidade para estabelecer vínculo direto com políticas nacionais de segurança.
- c) A configuração civil das guardas municipais afasta qualquer possibilidade de atuação ostensiva, restringindo seu papel a funções administrativas e simbólicas.
- d) O desempenho de atividades preventivas pelas guardas municipais depende de autorização normativa estadual específica, dada a ausência de previsão constitucional expressa.
- e) Por não estarem listadas como órgãos de segurança pública no art. 144 da Constituição, as guardas municipais exercem papel auxiliar, sem autonomia funcional plena.

17. Nos termos do art. 6º da Lei nº 10.826/2003, a concessão do porte de arma de fogo depende de requisitos cumulativos que buscam compatibilizar o direito à segurança pessoal com a tutela da coletividade, notadamente à luz da dignidade humana, da prevenção da violência armada e dos princípios da razoabilidade e da seletividade normativa. Assinale a

alternativa que melhor expressa um critério legal de natureza restritiva para o deferimento do porte:

- a) A exigência de demonstração de atividade profissional de risco ou de ameaça objetiva, avaliada com base em elementos concretos submetidos à autoridade competente.
- b) A vinculação do solicitante a empresa de segurança privada, ainda que o uso do armamento não esteja vinculado à execução de atividade externa de vigilância.
- c) A apresentação de laudos psicológicos e técnicos emitidos por entidades privadas não credenciadas, desde que aceitos pela parte contratante.
- d) A residência do requerente em local de criminalidade elevada, conforme dados estatísticos públicos, independentemente de vínculo profissional.
- e) A declaração de sensação pessoal de insegurança, ainda que não amparada por fatos concretos, como fator subjetivo de deferimento do porte.

18. O registro de arma de fogo de uso permitido constitui etapa essencial do controle estatal sobre a circulação e a posse de armamentos, sendo disciplinado pelos artigos 3º, 10 e 11 da Lei nº 10.826/2003, em consonância com os princípios da segurança pública e da administração pública eficaz. Considerando o papel da Polícia Federal na gestão do SINARM e os elementos técnicos e jurídicos exigidos para o registro, assinale a alternativa que melhor traduz a finalidade normativa e os requisitos obrigatórios do ato registral:

- a) O registro é necessário apenas para autorizar o porte de arma em ambientes públicos, sendo facultativo quando o uso se limita ao espaço residencial do proprietário.
- b) O cadastramento no SINARM deve conter dados do armamento, informações do proprietário e local de guarda, sendo obrigatório independentemente do porte autorizado.
- c) O deferimento do registro exige a comprovação de risco concreto à integridade física e a apresentação de documentos criminais sem pendências judiciais.
- d) A competência para realizar o registro é compartilhada entre a Polícia Federal e os Estados, não se aplicando a armas anteriormente registradas pelo Exército.
- e) O registro da arma, uma vez concedido, implica a autorização automática de porte, desde que cumpridas exigências de capacitação e avaliação psicológica.

19. O SUSP, conforme instituído pela Lei nº 13.675/2018, tem como eixo estruturante a articulação sistêmica entre os entes federativos e os órgãos de

segurança pública, com base nos princípios da interoperabilidade, da transversalidade e da integração das políticas de prevenção e repressão. Assinale a alternativa que traduz com maior precisão uma consequência operacional decorrente dessa arquitetura institucional:

- a) A colaboração entre os entes do SUSP exige diretrizes compartilhadas, padronização de procedimentos e adoção de sistemas tecnológicos interconectados.
- b) A independência administrativa dos entes federativos inviabiliza a criação de normas comuns, tornando a adesão ao SUSP uma decisão facultativa.
- c) A realização de operações conjuntas pressupõe celebração prévia de convênio, vedando a atuação integrada espontânea entre os órgãos do sistema.
- d) A viabilidade de ações cooperadas depende da existência de fundos financeiros partilhados entre União e Estados, com vinculação orçamentária específica.
- e) A lógica integradora do SUSP restringe-se a ações emergenciais e de segurança nacional, sem aplicabilidade às rotinas institucionais ordinárias.

20. A Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNPDS), instituída pela Lei nº 13.675/2018, adota um modelo de planejamento baseado em evidências e monitoramento de resultados, visando à superação de práticas fragmentadas e à consolidação de políticas públicas avaliáveis. Com base nas funções das metas estabelecidas nos planos setoriais de segurança pública, assinale a alternativa que melhor expressa sua lógica estratégica:

- a) As metas estabelecidas são obrigatórias exclusivamente para entes subnacionais, não havendo exigência de cumprimento por parte da União.
- b) As metas devem ser formuladas com base em diagnósticos técnicos e indicadores concretos, respeitando especificidades regionais e contextos locais.
- c) As metas possuem caráter indicativo e simbólico, não vinculando os entes federativos a compromissos formais de implementação e resultado.
- d) As metas concentram-se exclusivamente nos índices de criminalidade, desconsiderando outras variáveis sociais relevantes para o planejamento.
- e) As metas são definidas unilateralmente pela União como parâmetro comparativo, sem gerar obrigatoriedade de aplicação pelas demais esferas.

21. A Lei nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais), ao redefinir o locus jurídico das

guardas municipais na arquitetura da segurança pública, reconhece sua natureza de órgão constitucional auxiliar, com atuação voltada à prevenção e à promoção dos direitos fundamentais no âmbito do município. Considerando o disposto no artigo 3º e seguintes da referida norma e as diretrizes do §8º do artigo 144 da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que expressa, de forma mais acurada, um princípio normativo estruturante da atuação legalmente atribuída às guardas municipais:

- a) A proteção do patrimônio público municipal configura-se como foco central das atribuições das Guardas Municipais, sendo incompatível com atividades de defesa de direitos individuais.
- b) A Guarda Municipal, em razão de seu regime jurídico específico, deve restringir sua atuação à vigilância física de bens, vedada sua participação em ações comunitárias de proximidade.
- c) A atuação preventiva das Guardas Municipais está condicionada à adesão formal ao SUSP e à observância de critérios populacionais mínimos definidos em norma infraconstitucional.
- d) A legislação e a doutrina reconhecem como princípios estruturantes das Guardas Municipais a promoção da cidadania, o uso proporcional da força, o respeito à diversidade e a mediação qualificada de conflitos.
- e) A atuação das Guardas Municipais, por sua natureza administrativa, deve abster-se de relações de proximidade com a comunidade, a fim de resguardar a competência exclusiva das polícias estaduais.

22. No tocante ao porte funcional de arma de fogo para integrantes das Guardas Municipais, nos moldes do artigo 6º, incisos VII e X, da Lei nº 10.826/2003, bem como das disposições complementares contidas na Lei nº 13.022/2014, observa-se um regime jurídico que articula critérios demográficos, aptidão técnica, supervisão institucional e limites constitucionais à atuação armada desses agentes. Nesse contexto, assinale a alternativa que reflete com maior fidelidade os parâmetros normativos que disciplinam o exercício desse direito funcional:

- a) A concessão do porte funcional de arma de fogo aos membros das Guardas Municipais está condicionada à celebração de convênio com a Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado-membro, além de parecer técnico favorável emitido pelo Conselho Nacional de Segurança Pública.
- b) A autorização para o porte fora do serviço é admitida nos municípios com população entre cinquenta mil e quinhentos mil habitantes, desde que demonstrada a capacidade técnica,

a aptidão psicológica e a inexistência de impedimento legal.

- c) O uso institucional de arma de fogo por Guardas Municipais depende de manifestação expressa da Chefia do Poder Executivo local, ainda que ausente regulamentação infralegal do ente federativo.
- d) O porte de arma de fogo em horário de folga encontra-se restrito aos municípios de grande porte populacional, e somente pode ser concedido por autorização legislativa da Câmara Municipal, precedida de análise de risco territorial.
- e) A regulamentação do porte para Guardas Municipais encontra-se suspensa em razão da ausência de previsão no texto originário do art. 144 da Constituição Federal, impondo-se sua limitação a critérios de conveniência e oportunidade política.

23. A segurança pública, conforme delineada no artigo 144 da Constituição Federal de 1988, configura-se como um dever inafastável do Estado e direito difuso da coletividade, sendo operacionalizada por meio de um arranjo institucional que compreende órgãos específicos, com competências tipificadas e natureza jurídica própria. À luz do modelo federativo brasileiro e da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa que expressa, com maior rigor técnico-normativo, a correta composição do sistema de segurança pública no ordenamento constitucional:

- a) A arquitetura da segurança pública nacional inclui as Polícias Federal, Rodoviária Federal, Ferroviária Federal, Civil e Militar, os Corpos de Bombeiros Militares e as Guardas Municipais, cabendo a cada ente federativo prover sua estrutura operacional em consonância com as normas constitucionais e infraconstitucionais.
- b) A função de segurança pública, no modelo constitucional brasileiro, está restrita às forças policiais estaduais e federais, sendo vedada a integração de corpos civis municipais por ausência de competência originária no texto da Constituição.
- c) A composição dos órgãos de segurança pública, consoante o artigo 144 da Constituição Federal, contempla apenas aqueles vinculados ao Poder Executivo Federal, sendo excluídas instituições subordinadas a administrações municipais.
- d) A responsabilidade pela segurança pública compete à União, que delega sua execução por meio de normas complementares aos Estados e Municípios, ficando a estes últimos apenas funções de apoio administrativo e logístico.
- e) A definição dos entes e instituições responsáveis pela segurança pública é regulada por legislação estadual, sendo as Guardas Municipais instituições facultativas

sem previsão constitucional expressa e de atribuição exclusivamente patrimonial.

24. A Lei nº 13.675/2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), visa à integração das instituições e órgãos de segurança em todos os entes federativos, promovendo diretrizes comuns e estratégias coordenadas de atuação. Considerando os princípios e objetivos do SUSP, assinale a alternativa que melhor expressa os fundamentos operacionais dessa política pública:

- a) O SUSP promove a descentralização total das ações de segurança, priorizando a autonomia estadual e a elaboração de políticas desvinculadas de padrões nacionais.
- b) A atuação integrada do SUSP está fundamentada no compartilhamento de dados, na padronização tecnológica e na capacitação conjunta das corporações de segurança pública.
- c) A operacionalização do SUSP independe de regulamentação infralegal, visto que suas diretrizes são meramente programáticas e de adesão facultativa.
- d) O modelo do SUSP veda parcerias institucionais entre Guardas Municipais e Polícias Estaduais, como forma de evitar conflitos funcionais em áreas urbanas.
- e) A implementação do SUSP dispensa a participação dos conselhos estaduais e municipais de segurança, por tratar-se de instâncias de natureza consultiva não vinculante.

25. No escopo da Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), a sistemática normativa que disciplina a concessão de porte de arma de fogo articula-se com a exigência de demonstração de efetiva necessidade, capacidade técnica, idoneidade moral e aptidão psicológica. Todavia, a concessão do porte deve observar princípios constitucionais e administrativos que limitam o poder discricionário da autoridade pública. Com base nessa normatividade, assinale a alternativa que melhor reflete os limites e condicionantes jurídicos impostos ao deferimento do porte:

- a) A autorização de porte de arma de fogo configura-se como prerrogativa subjetiva do requerente que atende aos requisitos legais, afastando a possibilidade de juízo discricionário por parte da administração.
- b) A necessidade do porte de arma é presumida em face da criminalidade urbana, sendo suficiente a manifestação genérica de medo ou insegurança pessoal para o deferimento.
- c) O porte de arma é concedido de forma vinculada sempre que houver comprovação de endereço fixo, ausência de antecedentes penais e quitação das taxas previstas.

- d) A decisão administrativa que concede o porte exige motivação objetiva e análise específica do risco enfrentado pelo requerente, com fundamentação técnica e documental idônea.
- e) A análise do pedido de porte deve considerar critérios de escolaridade, renda mensal e inserção social como redutores de risco e indicadores de aptidão para o manuseio da arma.

26. A Constituição Federal de 1988, ao dispor sobre os direitos e garantias individuais no artigo 5º, estabelece um rol de normas de eficácia plena e aplicabilidade imediata, configurando verdadeiro núcleo duro do Estado Democrático de Direito. Dentre essas garantias, o controle jurisdicional de ilegalidades, a inviolabilidade de direitos fundamentais e a vedação ao anonimato se articulam como cláusulas pétreas, não sujeitas sequer ao poder reformador. Nesse sentido, à luz da doutrina constitucional e da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa que expressa com maior precisão os efeitos jurídicos do caput e dos incisos iniciais do art. 5º:

- a) A liberdade de manifestação do pensamento, embora assegurada, implica a possibilidade do anonimato como proteção à integridade física em contextos de risco coletivo.
- b) A garantia à ampla defesa limita-se aos procedimentos judiciais de natureza penal, não sendo extensível a instâncias administrativas ou disciplinares.
- c) A inviolabilidade da intimidade e da vida privada admite mitigação para acesso a comunicações eletrônicas, desde que justificada por autoridade policial competente.
- d) O princípio da igualdade, previsto no caput do art. 5º, veda qualquer forma de política afirmativa baseada em raça, classe social ou critérios socioeconômicos.
- e) A aplicação do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório é exigível em todos os atos do Estado com potencial lesivo a direitos, inclusive no âmbito administrativo e sancionatório.

27. No âmbito da Lei nº 13.675/2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), destaca-se a concepção de integração entre os órgãos de segurança como elemento fundante da estrutura sistêmica. Essa integração, no entanto, pressupõe mecanismos normativos, operacionais e informacionais capazes de viabilizar a cooperação técnica e o funcionamento articulado. Considerando tais pressupostos legais, assinale a alternativa que melhor traduz os dispositivos concernentes à integração dos órgãos no escopo do SUSP:

- a) A integração interinstitucional do SUSP depende exclusivamente de convênios

- celebrados entre entes federativos, não havendo diretrizes vinculantes previstas em lei.
- b) O intercâmbio de dados e informações no SUSP é restrito às corporações federais, sendo vedado o acesso às bases das polícias estaduais por questões de sigilo funcional.
- c) A operacionalização do SUSP compreende ações conjuntas, intercâmbio de dados, planejamento cooperado e protocolos integrados, sob coordenação orientadora do MJSP.
- d) A articulação entre os entes do SUSP exige prévia deliberação legislativa, sendo imprescindível autorização congressual para ações interestaduais e federativas.
- e) A hierarquia institucional do SUSP deve observar o critério de efetivo policial, cabendo a coordenação ao ente federado com maior contingente.

28. A Lei nº 13.022/2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais, introduz um novo paradigma de atuação desses entes, conferindo-lhes competências preventivas, comunitárias e protetivas dentro de uma perspectiva de cidadania e de respeito aos direitos fundamentais. Um dos pilares do Estatuto é a ênfase na formação continuada, na atuação respeitosa à dignidade humana e na articulação com o SUSP. Nesse contexto, à luz das disposições normativas específicas, assinale a alternativa que melhor representa os princípios mínimos de atuação da guarda municipal:

- a) O Estatuto consagra princípios de respeito à dignidade, mediação de conflitos, uso proporcional da força, articulação com o controle externo e defesa da cidadania.
- b) A lógica de atuação das guardas exige repressão qualificada em zonas de risco, priorizando patrulhamento armado e controle urbano por força dissuasiva.
- c) A escala de força das guardas deve seguir critérios internos municipais, sem necessidade de compatibilização com princípios de legalidade e razoabilidade.
- d) Em cenários de perturbação social, a atuação das guardas deve submeter-se às polícias militares, com obediência operacional às diretrizes estaduais.
- e) A normatividade funcional das guardas é baseada em códigos militares, centrando-se na imposição de autoridade e no controle social verticalizado.

29. A Lei nº 10.826/2003, ao sistematizar os delitos relacionados à posse, ao porte e ao comércio ilícito de armas de fogo e munições, estabeleceu um regime penal próprio que vincula a repressão penal ao controle estatal sobre armamentos. Nos artigos 12 a 21 da referida norma, observa-se a tipificação de condutas que atentam contra a segurança coletiva e a ordem

pública. À luz da jurisprudência consolidada e da interpretação doutrinária prevalente, assinale a alternativa que apresenta, com maior exatidão técnico-jurídica, uma característica normativa do crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido:

- a) É infração omissiva de resultado, cuja consumação exige o uso da arma em situações de ameaça iminente à integridade física de terceiros.
- b) É classificado como delito de menor potencial ofensivo, desde que a arma esteja inoperante, desmuniada e mantida em local de acesso restrito.
- c) Trata-se de crime de natureza permanente, permitindo flagrância enquanto persistir a posse ilícita do armamento dentro da esfera de guarda.
- d) O tipo penal exige concurso de agentes, caracterizando-se como crime coletivo vinculado a organizações de comércio clandestino de munições.
- e) Sua configuração depende de representação da autoridade administrativa, sendo obrigatória a demonstração de risco social justificável.

30. A Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), consolidada pela Lei nº 13.675/2018, insere-se no escopo das políticas públicas estruturantes da segurança interna do Estado brasileiro, delineando diretrizes, princípios e instrumentos voltados à promoção da prevenção, da repressão qualificada e da proteção integral da cidadania. O texto legal prevê mecanismos para articulação federativa, metas mensuráveis, planejamento interinstitucional e respeito aos direitos humanos. À luz dessa arquitetura normativa e das competências legalmente estabelecidas, assinale a alternativa que melhor representa um princípio ou diretriz da PNSPDS:

- a) A centralização decisória das Forças Armadas no planejamento de segurança é critério estruturante da PNSPDS, sendo conferida autonomia funcional a tais corporações.
- b) A promoção da equidade no acesso à justiça e segurança, com atenção às diversidades socioculturais e regionais, é diretriz expressa da política nacional.
- c) A repressão criminal deve orientar-se exclusivamente por metas quantitativas de prisões e encarceramentos, como estratégia eficaz de pacificação urbana.
- d) A PNSPDS exclui conselhos municipais e estaduais da formulação estratégica, priorizando comandos verticais com base em efetivos e resultados.
- e) A centralidade normativa da política é atribuída ao CNJ, responsável por planejar e executar as diretrizes nacionais de segurança pública.

CONHECIMENTOS GERAIS

31. A promulgação do Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651/2012) representou uma tentativa de equilibrar os interesses produtivos do agronegócio com a conservação ambiental, por meio da definição de instrumentos jurídicos como as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e as Reservas Legais. No contexto das APPs, que interpretação jurídica reflete corretamente sua função ecológica e o regime de restrição imposto?

- a) As APPs são áreas protegidas exclusivamente no meio rural, com uso permitido para atividades de alto impacto, desde que compensadas ambientalmente.
- b) As APPs visam à proteção de áreas degradadas e podem ser convertidas em zonas urbanas por decisão do Executivo municipal.
- c) As APPs têm caráter protetivo não absoluto, mas vinculado à função ambiental específica, sendo possível uso limitado em hipóteses excepcionais.
- d) As APPs são consideradas áreas de uso comum do povo, e sua supressão é autorizada por licenciamento ambiental simplificado.
- e) As APPs são áreas de propriedade estatal permanente, independentemente de sua localização geográfica.

32. O conceito de desenvolvimento sustentável, amplamente difundido desde a Comissão Brundtland em 1987, se consolidou como fundamento de políticas públicas e tratados internacionais. Com base nos pilares que o sustentam, assinale a alternativa que melhor traduz a concepção tripartite de sustentabilidade:

- a) Ele pressupõe harmonização entre crescimento econômico, equidade social e proteção ambiental, assegurando o bem-estar das gerações atuais e futuras.
- b) O desenvolvimento sustentável impõe a substituição integral do sistema econômico por modelos de autossuficiência comunitária, eliminando a dependência tecnológica.
- c) Refere-se ao uso racional dos recursos naturais em territórios com baixa densidade populacional.
- d) Está condicionado à atuação do Estado como promotor da justiça ambiental, sem envolvimento do setor privado.
- e) Consiste na manutenção do status quo produtivo, com ajustes pontuais nas legislações ambientais locais.

33. A Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433/1997, introduziu no ordenamento jurídico brasileiro uma nova lógica de governança hídrica, pautada nos princípios da descentralização, da gestão integrada e da participação dos diversos segmentos sociais. Considerando os instrumentos de gestão previstos na referida legislação,

assinale a alternativa que melhor representa o princípio da gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos:

- a) A administração dos recursos hídricos deve se concentrar em agências estaduais especializadas, sob regime hierarquizado e técnico, restringindo a participação popular para assegurar racionalidade decisória e uniformidade na aplicação das normas.
- b) A cobrança pelo uso da água constitui prerrogativa indelegável da União, não podendo ser implementada por entes subnacionais nem vinculada a órgãos colegiados de caráter regional.
- c) Os Comitês de Bacia configuram-se como instâncias colegiadas de caráter deliberativo e consultivo, compostas pelo poder público, usuários de água e as organizações da cíveis, atuando na formulação de diretrizes e mediação de conflitos de uso das bacias.
- d) A formulação e execução do Plano Nacional de Recursos Hídricos prescindem da articulação com instâncias descentralizadas, por se tratar de instrumento técnico-normativo de caráter geral e vinculante para todas as regiões hidrográficas do país.
- e) As águas subterrâneas, por sua condição de bens não visíveis e de uso restrito, não estão sujeitas aos mecanismos de gestão previstos na Lei nº 9.433/1997, sendo regidas por normas de direito privado e ambiental estadual.

34. Em relação ao papel do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e aos bens culturais protegidos no Brasil, avalie as afirmações:

I. O IPHAN pode tomar bens móveis, imóveis e acervos documentais de relevância histórico-artística, restringindo sua modificação ou comercialização.

II. A inscrição de um bem no Livro do Tombo equivale à sua declaração como patrimônio nacional, com consequências jurídicas imediatas.

III. Bens imateriais, como festas populares, ofícios e modos de fazer, são registrados e não tombados, obedecendo a um regime distinto de proteção.

IV. O tombamento impede que o proprietário de um bem realize qualquer intervenção;

- a) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) As afirmativas I e III estão corretas.
- c) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- d) As afirmativas II e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

35. Considerando os dispositivos previstos na Lei Orgânica do Município de Bom Jardim – PE, bem como sua natureza normativa e seu papel na organização político-administrativa local, assinale a alternativa que está em conformidade com o ordenamento jurídico brasileiro:

- a) A Lei Orgânica, por tratar de matéria eminentemente legislativa municipal, encontra-se subordinada à Constituição Estadual e ao Regimento Interno da Câmara Municipal, sendo esta última instância a responsável por sua interpretação vinculante.
- b) O chefe do Poder Executivo municipal poderá exercer mandato por até seis anos, admitida uma única reeleição consecutiva, desde que haja previsão expressa na legislação local e aprovação por maioria qualificada da Câmara.
- c) A promulgação da Lei Orgânica é atribuição do Poder Executivo, que a edita por meio de decreto legislativo municipal, após consulta pública e aprovação em plenário da Câmara com quórum de maioria simples.
- d) O Município, enquanto ente federativo descentralizado, está impedido de legislar sobre políticas públicas em áreas como saúde, educação ou mobilidade urbana, sendo essas competências delegadas exclusivamente aos entes estadual e federal.
- e) A Lei Orgânica, dotada de autonomia normativa local, deve estar em consonância com os princípios constitucionais fundamentais, tais como: impessoalidade, moralidade e eficiência, além dos direitos e garantias individuais previstos.

INFORMÁTICA

36. Durante uma auditoria técnica no ambiente de rede da Secretaria Municipal de Saúde, verificou-se que a comunicação entre os servidores remotos e o datacenter da Prefeitura utiliza criptografia assimétrica baseada no algoritmo RSA com chaves de 1024 bits. Considerando as recomendações mais recentes de segurança da informação, os avanços em técnicas de criptoanálise e os padrões definidos por organismos como a NIST, qual das medidas abaixo representa a ação técnica mais consistente para reforçar a segurança sem comprometer a interoperabilidade com sistemas existentes?

- a) Atualizar o tamanho da chave utilizada no algoritmo RSA para 2048 bits ou superior, assegurando maior robustez frente a ataques por fatoração.
- b) Substituir a arquitetura de comunicação por protocolos baseados em criptografia simétrica de fluxo, otimizando o tráfego com compressão integrada.
- c) Adotar algoritmos de cifra por bloco como o DES de 56 bits, que oferecem desempenho superior em redes com alta latência.
- d) Remover a etapa de criptografia, mantendo a integridade da rede por meio de segmentações lógicas, VLANs e firewalls em camadas.

- e) Alterar a pilha de protocolos para HTTP/2 com compactação de cabeçalhos, mantendo a mesma estrutura criptográfica para compatibilidade.

37. A Prefeitura de Bom Jardim está implementando uma rede de dados para conectar unidades de atendimento na zona rural ao centro administrativo. O objetivo é garantir comunicação segura, estável, de baixa latência e com tolerância à instabilidade de sinal em regiões remotas. Com base em boas práticas de arquitetura de redes e segurança da informação em ambientes públicos, qual das soluções abaixo é mais adequada para esse cenário?

- a) Implantar enlaces ponto-a-ponto com rádios digitais licenciados, utilizando compressão de cabeçalho IP e criptografia AES-128 no nível da camada de enlace.
- b) Adotar uma rede com topologia em malha virtual, sobre infraestrutura MPLS, encapsulando pacotes em túneis GRE e controle de tráfego por marcação DSCP.
- c) Estabelecer conexões entre as localidades por meio de VPNs site-to-site sobre links de Internet, utilizando protocolo IPsec e túneis L2TP para garantir roteamento dinâmico.
- d) Configurar redes sem fio em modo ad hoc entre os pontos, com regras de firewall distribuídas e aplicação de NAT simétrico para os serviços internos.
- e) Utilizar links DSL combinados com conexões móveis 4G em failover, priorizando rotas dinâmicas simples baseadas no protocolo RIP.

38. O setor de planejamento da Secretaria Municipal de Educação utiliza um sistema em Excel para acompanhamento do desempenho escolar, abrangendo informações como notas, frequência, evasão e perfil socioeconômico. Com o crescimento da base de dados, a planilha passou a apresentar lentidão, falhas de atualização e riscos à integridade dos registros. Diante desse contexto e das boas práticas de automação e consistência de dados, qual das alternativas representa a solução técnica mais apropriada?

- a) Centralizar todos os dados em uma única aba protegida com validações condicionais, filtros dinâmicos e criptografia nativa do Excel.
- b) Implementar uma planilha principal com interface de formulários ActiveX, células bloqueadas e macros de verificação cruzada.
- c) Otimizar as fórmulas utilizando funções matriciais dinâmicas, reduzindo os vínculos entre planilhas e controlando duplicidades via VBA.
- d) Eliminar a dependência do Excel para armazenamento, transferindo os dados para um banco relacional Access, mantendo o Excel apenas como ferramenta de visualização.

- e) Substituir todas as fórmulas complexas por expressões SE aninhadas em até 7 níveis, segmentando os dados diretamente nas planilhas de origem.

39. O setor de planejamento da Prefeitura de Bom Jardim elabora relatórios mensais no Microsoft Word com gráficos, sumários automáticos e referências cruzadas. Frequentemente, o sumário é perdido ou apresenta falhas de atualização após modificações no documento.

Com base nas funcionalidades avançadas do Word, qual das ações abaixo é a mais indicada para garantir a consistência e atualização do sumário?

- a) Inserir manualmente os títulos principais em campo de texto e gerar o índice por marcação alfabética.
- b) Estilizar os títulos com os estilos pré-definidos (Título 1, Título 2, etc.) e atualizar o sumário pelo menu de referências.
- c) Utilizar marcas de parágrafo e tabulação fixa para criar um índice visual, sem vínculos dinâmicos.
- d) Converter o documento para PDF e utilizar ferramentas externas para gerar o índice automaticamente.
- e) Criar hiperlinks manuais em todas as seções e inserir um índice com lista numerada vinculada.

40. Durante o processo de informatização das escolas municipais, a equipe técnica da Prefeitura de Bom Jardim identificou que diversos computadores apresentavam lentidão no carregamento de arquivos, travamentos frequentes ao utilizar o navegador e falhas no reconhecimento de dispositivos USB.

Com base nos fundamentos de hardware e software, qual seria a intervenção mais eficaz para restaurar o desempenho das máquinas?

- a) Substituir os HDs mecânicos por SSDs e expandir a memória RAM, mantendo o sistema operacional original.
- b) Reinstalar os drivers da placa-mãe e formatar os discos rígidos, mantendo a mesma configuração física dos equipamentos.
- c) Instalar um antivírus gratuito com verificação em tempo real e criar partições para separar sistema e documentos.
- d) Realizar upgrade de fonte de alimentação e substituir os monitores antigos, priorizando a estabilidade do sistema.
- e) Criar contas de usuário padrão com restrições de permissão para evitar travamentos decorrentes de sobrecarga de software.

FIM